

O RETORNO DA COMPANHIA, A PARTIR DAS MISSÕES POPULARES DOS JESUÍTAS ESPANHÓIS, NO EXTREMO SUL DO BRASIL (1842-1867)¹

THE RETURN OF THE COMPANY, AS FROM THE POPULAR MISSIONS OF THE SPANISH JESUITS, IN EXTREME SOUTHERN BRAZIL (1842-1867)

Luiz Fernando Medeiros RODRIGUES*

Resumo: Durante os primeiros anos do Segundo Reinado (1840-1889), a Província de São Pedro do Rio Grande estava em estado de agitação política, consequência da guerra civil, conhecida como Revolução Farroupilha (1835-1845). É neste contexto que o retorno dos jesuítas ao Brasil e missões foi feito na região sul do país, entre 1842-1845. Este artigo tem como objetivo buscar compreender os acontecimentos que tornaram possível a "restauração" da Companhia de Jesus no Brasil. A ação missionária desses jesuítas nos permitirá compreender o modus operandi dos jesuítas, também o método seguido em missões populares, destacando as necessárias alianças que entrelaçaram com o clero diocesano, visando enfrentar a resistência das elites maçônico-liberais.

Palavras-chave: Jesuítas – Missões populares – Restauração da Companhia.

Abstract: During the first years of the second reign (1840-1889), the Province of St. Pedro do Rio Grande was in a state of political upheaval, a consequence of the civil war, known as Farroupilha Revolution (1835-1845). It is in this context that the return of the Jesuits to Brazil and missions was made in the southern region of the country, between 1842-1845. This article aims to seek to understand the events that made possible the "restoration" of the Society of Jesus in Brazil. The missionary action of these Jesuits will enable us to understand the the modus operandi of the Jesuits, also the method followed in popular missions, stressing the necessary alliances that had entwine with the diocesan clergy, in addition to facing the resistance of the Masonic-liberal elites.

Keywords: Jesuits – Popular Missions – Company Restoration.

Introdução

A volta da Companhia, a partir da atuação dos jesuítas espanhóis no extremo sul do Brasil, durante o século XIX, ainda é desconhecida até mesmo para muitos jesuítas da Companhia atual.

Contrariamente ao que se poderia esperar, os jesuítas espanhóis, vindos da Argentina, não planejavam se estabelecer definitivamente no Brasil. Nem houve uma

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Itália) – Docente do Programa de Pós-Graduação em História – Escola de Humanidades – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), CEP: 93022-000, São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil. Bolsa Pesquisador Gaúcho. lmrodrigues@unisinos.br

“restauração” formal da Companhia no Brasil. Do porto do Rio de Janeiro, onde tinham desembarcado, planejavam se dirigir à região das antigas missões jesuíticas do Paraguai, através do território brasileiro. Os fatos vivenciados durante a viagem em direção do Rio Grande mudaram os planos iniciais. E, neste sentido, mais do que uma “restauração” da Companhia no Brasil, pode-se falar de um restabelecimento ou retorno dos jesuítas.

Cronologicamente, este ensaio se detém apenas no início das atividades destes primeiros jesuítas espanhóis, da sua chegada no Rio de Janeiro até as primeiras missões populares no sul do Brasil, entre 1842 a 1845.

Este tema não é novo. Os historiadores Ferdinand de Azevedo e Danilo Mondoni já tinham trabalhado sobre este tema algumas décadas atrás (Azevedo, 1984; Mondoni, 1986)². O estudo de novos documentos do Archivum Romano Societatis Iesu completa as pesquisas de Azevedo e Mondoni.

Cenário Internacional antecedente à chegada dos Jesuítas ao Brasil

A coroa portuguesa expulsou a Companhia de Jesus de seus territórios a partir de 1759. Boa parte dos jesuítas que atuavam como missionários no Brasil foi encarcerada nas prisões do reino. Libertados em 1772, no governo de D. Maria I, muitos jesuítas sobreviventes buscaram a Rússia de Catarina. Somente em 1841, os jesuítas voltaram às terras brasileiras. Inicialmente, os Bragança não aceitaram o restabelecimento da Ordem pelo Papa Pio VII, em 1814 (LIMA, 1977, p. 211). Aos poucos, o governo imperial abandonou o prejuízo que tinha contra os jesuítas e, a partir de 1841, permitiu que alguns padres da Companhia entrassem no Brasil, não com o título de jesuítas, mas com o de "missionários" ou como clérigos auxiliares do clero secular.

Em 9 de julho de 1829, os jesuítas elegeram o holandês Jan Philippe Roothaan³ como Prepósito Geral da Companhia (o segundo superior geral da Ordem restaurada). Em 1834, escreveu uma carta a todos os jesuítas na qual manifestava que a centralidade da ação da Companhia estava na pregação dos Exercícios de Santo Inácio (ROOTHAAN, 1933, p. 357-366)⁴. Mais importante para os jesuítas do Brasil foi, porém, a carta que Roothaan escreveu em 1833, na qual insistia sobre a importância das missões (talvez, influenciado pelo impulso geral do catolicismo europeu, liderado por aquele da França). Esta carta teve o efeito de arregimentar muitos jovens jesuítas para o

apostolado missionário nos países luso-hispano-americanos (ROOTHAAN, 1933, p. 347-356)⁵. Como consequência, um bom número de jesuítas se dispôs para o apostolado missionário fora dos países europeus, a fim de atenderem aos imigrantes, sobretudo, na América hispânica. É neste contexto que os primeiros jesuítas voltam para a América Luso-hispânica.

A *Association de la Propagation de la Foi* foi o grupo missionário que mais influxo teve no sustento das missões, naquele período. Foi fundada em 3 de maio de 1822, em Lion⁶. Tinha como objetivo a oração pelos missionários e para a expansão do catolicismo, além de promover coletas semanais de dinheiro para o sustento das obras missionárias, sobretudo na China. Graças a persistência de Marie-Pauline Janicot, a *Association* obteve a autorização oficial do papa Pio VII em 1823. Rapidamente, ela se espalhou por várias nações da Europa e América: na Bélgica, em 1826; na Alemanha, Itália, Suíça em 1827; no mesmo ano, nos Estados Unidos; e, em 1840, na América Latina.

A importância desta associação está no fato de ter sido imitada por outras associações com idênticos objetivos. Em 1843, na França, surgiu a *Societé de la Sainte Enfance*; e, entre 1885-1886, a *Societé des Écoles d'Orient*. Em Viena, em 1828-1929, a *Leopoldinen-Stiftung*; em 1838, em Munique, a *Ludwig-Missionsverein*. Associações semelhantes também foram fundadas para a promoção de missões protestantes, através das várias *Sociedades Bíblicas*, que recolhiam dinheiro para as suas publicações e atividades missionárias (HICKEY, 1922, p. 43-45).

Entre 1816 e 1860, mais de 20 congregações religiosas foram fundadas na França, voltadas para o apostolado missionário. E, apesar das oscilantes relações entre a Igreja e o Estado Francês, o movimento missionário, ligado à cultura francesa, foi uma força que alavancou o desenvolvimento do catolicismo nos territórios missionários. Por isso, não é de estranhar que núncios e missionários, entre os quais muitos jesuítas, embarcassem da França para as missões na América Latina.

Esta consciência do protagonismo cristão-europeu se reflete na carta que Jan Roothaan escreveu sobre as missões, em 1833. A resposta dos jesuítas europeus à carta do XXI Geral iniciou um novo período de expansão missionária.

As primeiras ações apostólicas da Companhia na Espanha foram depois de 1815, como resposta a um convite de Fernando VII. Apenas cinco anos mais tarde, o mesmo monarca voltaria a expulsar os jesuítas, atendendo às pressões anticlericais. Pragmático, em 1823, voltaria a chamar os jesuítas. A morte do monarca provocou, mais uma vez,

um tempo de instabilidade política, e, portanto, não favorável à presença dos jesuítas na Espanha. Os Carlistas se recusavam aceitar a lei sálica, restabelecida por Fernando VII, a qual fazia da infanta Isabela, a herdeira ao trono. Diante da agitação que se seguiu, no verão de 1834, o Colégio imperial foi atacado pela população madrilena e 14 jesuítas morreram em consequência do ataque. A onda de violência também investiu outras regiões do país (25 jesuítas morreram na revolução), atingindo também outras congregações religiosas. Em 1835, o novo governo, de inspiração anticlerical, voltou a expulsar a Companhia da Espanha. Todavia, três anos depois, no âmbito do plano europeu de Mettermich, ajudado pelas tropas francesas, Fernando voltou ao poder. Os jesuítas voltaram à Espanha, onde, nos doze anos seguintes, a Ordem alcançou o número de 350 membros (BANGERT, 1972, p. 450).

Alguns jesuítas optaram por trabalhar nas Filipinas, onde, distantes da vigilância das autoridades do governo central espanhol, poderiam gozar de uma maior liberdade de ação, ao invés de atuarem como meros coadjuvantes do clero diocesano. Neste plano, destacou-se o P. Mariano Berdugo (PÉREZ, 1901, p. 59)⁷. Ao mesmo tempo, um outro grupo de jesuítas se preparava para fundar missões na América hispânica. Um dos que mais estava envolvido neste projeto era o P. José Rafael Reina, sacerdote de Buenos Aires. Foi ele quem propôs ao chefe do governo da Província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, chamar os jesuítas espanhóis para aquela província, alegando que assim Rosas se tornaria um protetor da religião, das ciências e das letras⁸. Com a anuência de Rosas, Reina entrou em contato com o comerciante espanhol, Gervasio Parera, residente em Montevideu, o qual entregou uma carta ao P. Berdugo sondando-o sobre a possibilidade de alguns jesuítas trabalharem na universidade, colégios e seminários de Buenos Aires. Algum tempo depois, no final do ano de 1835, nove franciscanos enclaustrados da Espanha chegaram a Montevideu. Ao episódio juntou-se a notícia da supressão das ordens religiosas na Espanha. Isto motivou que Parera, usando de seus conhecidos na Espanha, propusesse que alguns jesuítas viessem ao Uruguai, para assumirem uma casa de exercícios em Montevideu. Desta forma, à possibilidade dos padres missionários jesuítas irem às Filipinas, somaram-se os dois pedidos para a Argentina e para o Uruguai.

Entre as três possibilidades, o P. Antonio Morey, provincial dos jesuítas espanhóis, e o P. Jan Roothaan, geral da companhia, concluíram que a proposta mais vantajosa era a de Buenos Aires. Consequentemente, deram-se os passos necessários

para a concretização da missão à Buenos Aires (PÉREZ, 1901, p. 59-63). Para superior do grupo a ser enviado à Argentina foi escolhido o P. Mariano Bertugo.

O historiador Rafael Pérez descreve a viagem e a chegada dos primeiros jesuítas espanhóis da Ordem restaurada à Buenos Aires (PÉREZ, 1901, p. 67ss). Mas logo surgiram divergências entre Rosas e os jesuítas. A que provocou a maior tensão, ocorreu no mês de outubro de 1841, quando os jesuítas foram acusados de não apoiarem a *Federación* contra o partido rival de Rosas, o *Unión*. Estas acusações deram origem a manifestações contra a Companhia, movidas por partidários de Rosas pertencentes à *Sociedad Popular Restaurada* (a *Mazorca*). O conflito se intensificou quando o P. Berdugo tomou a decisão de fechar o colégio *San Ignacio*, principal obra da Companhia em Buenos Aires, distribuindo os jesuítas por outras comunidades. Rosas bloqueou a saída dos jesuítas de Buenos Aires e o P. Berdugo fugiu clandestinamente, acompanhado pelo Ir. Giuseppe Saracco⁹, para Montevidéu.

A crise com Rosa, contudo, não impediu que a Companhia continuasse atuando na Argentina. Berdugo já tinha aberto, em 1839, uma residência no antigo noviciado em Córdoba. O plano missionário previa a possibilidade da abertura de uma missão junto aos índios das antigas reduções do Paraguai. O P. Bernardo Parés¹⁰, desde julho de 1841, já tinha deixado Buenos Aires para visitar Montevidéu, San Salvador, na Argentina, e a região das antigas reduções guaranícas.

O Brasil e o Rio Grande do Sul no séc. XIX

Aos 3 de dezembro de 1841, em companhia do Ir. Saracco, Berdugo saiu de Montevidéu com destino ao Rio de Janeiro. Buscava encontrar um caminho mais direto e fácil para entrar nas antigas missões do Paraguai através do território brasileiro. Além disto, desejava averiguar pessoalmente se havia possibilidade para a Companhia estabelecer uma missão no Brasil (PÉREZ, 1901, p. 234-235). No Rio de Janeiro, encontrou o internúncio Ambrosio Campodonico¹¹.

Na percepção diplomática de Campodonico, o governo imperial brasileiro provavelmente receberia melhor um clérigo francês. Por isso, antes de partir do Porto de Sète (França), procurou trazer consigo um padre jesuíta francês, para ser seu secretário¹². Na tentativa de conseguir um jesuíta que o acompanhasse, escreveu ao Geral Jan Roothaan¹³. Para atender ao recém nomeado Internúncio do Brasil, Roothaan contactou o provincial da província francesa, P. Achilleus Guidée¹⁴. Deste contato,

surgiu o nome do P. Clemens Boulanger¹⁵, reitor da residência de Paris, que, por motivos que os documentos não indicam, não pode viajar para o Brasil. Sem um jesuíta que o acompanhasse, Campodonico assumiu a nunciatura brasileira sem um secretário jesuíta¹⁶.

Ao mesmo tempo em que Campodonico se instalava na sua nova missão diplomática, aos 20 de dezembro de 1841, chegaram ao Rio de Janeiro o P. Berdugo e o Ir. Saracco. Berdugo entrou no Brasil disfarçado, ocultando ser jesuíta. Mas os jornais uruguaio logo publicaram a sua viagem para o Rio de Janeiro. A visita que fizeram ao Internúncio não foi somente de cortesia. Berdugo informou o representante diplomático da Sé Apostólica sobre a situação em Argentina e Uruguai, bem como dos projetos de missão na antiga região das reduções do Paraguai. Berdugo não desejava fixar-se na residência de Campodonico porque receava que pudesse comprometê-lo perante as autoridades imperiais; temia que Rosas tomasse o fato como ofensa do governo brasileiro, acolhendo no Brasil um seu desafeto. Contudo, cedeu diante das insistências de Campodonico. O internúncio, acolhendo os jesuítas em sua própria casa (PÉREZ, 1901, p. 235-236), percebeu que a tensa situação uruguaia-argentina criava a oportunidade de reintroduzir os jesuítas no território brasileiro. Em despacho diplomático ao Secretário de Estado em Roma, Cardeal Luigi Lambruschini, Campodonico informava a situação¹⁷. Berdugo manifestou a Campodonico que os jesuítas deveriam entrar no Brasil discretamente, e que o lugar mais indicado para a Companhia reiniciar as suas atividades seria no interior do Brasil ou em missões com os índios mansos do Grão Pará e do Maranhão. Posteriormente, numa carta ao P. Roothaan, advertia o general da Companhia que seria melhor que os jesuítas se fixassem em lugares menos vistosos e importantes, quais as capitais ao longo da costa litorânea brasileira, onde reinavam certa “agitação”. Para o internúncio, o ideal seria que a Companhia abrisse uma nova missão no Brasil, na Província de Minas Gerais, menos corrupta que as demais, porque mais ao interior e distante do contato dos estrangeiros e suas ideias progressistas. Ali, os jesuítas receberiam ajuda do bispo diocesano¹⁸. Segundo Rafael Pérez, este encontro pode ser considerado como a origem e o nascimento da Missão do Brasil, porque Campodonico logo pediu a Berdugo que enviasse outros jesuítas, os quais, como agregados seus e sob a sua proteção iniciariam as suas atividades no Brasil. Também não ofereceria obstáculo à presença dos jesuítas o bispo do Rio de Janeiro, D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (PÉREZ, 1901, p. 236)¹⁹.

O encontro com D. Rodrigues de Araújo, embora cordial, não foi tanto acolhedor quanto o de Campodonico. O bispo lera as cartas *Provinciais de Pascal* e outros livros críticos à Companhia. Segundo o internúncio, Rodrigues de Araújo tinha medo até da própria sombra²⁰. Mariano Berdugo, depois de referir a situação dos jesuítas na Argentina e no Uruguai, ofereceu os serviços da Companhia, porém, Rodrigues de Araújo propôs apenas ajudas menores; propôs que algum jesuíta assumisse aulas num seminário ou que prestasse uma colaboração nos ministérios de alguma capela. O bispo também se ofereceu ser acompanhado por um jesuíta na visita pastoral que estava por fazer, mas nada indicou em relação a missões, nem quanto ao sul do Brasil, o qual dependia da sua jurisdição. Berdugo, contudo, recusou a oferta do bispo, alegando urgência no atender as necessidades dos jesuítas que o aguardavam em Buenos Aires.

Em março de 1842, o P. Josep Sató i Serra²¹ chegou ao Rio de Janeiro. Sato era sócio de Mariano Berdugo em Buenos Aires. Vinha ao Brasil para ajudar no estabelecimento de uma missão da Companhia. A intenção inicial era que, uma vez aprendida a língua portuguesa e alcançada certa estabilidade, se passasse ao interior e iniciasse uma missão junto aos índios na região das antigas missões do Paraguay²². As notícias que trazia sobre a situação dos jesuítas no Prata alarmaram Berdugo, que decidiu voltar imediatamente a Montevideu, afim de melhor ajudar os jesuítas que se encontravam dispersos na Argentina (PÉREZ, 1901, p. 247).

De Montevideu, Berdugo enviou o P Joan Coris i Vanceus²³ e o Ir. Gabriel Fiol i Jaume²⁴ para o Rio de Janeiro. Era o início de uma primeira pequena comunidade de jesuítas residentes no Brasil. Fixaram-se provisoriamente na residência do internúncio Campodonico. Com a ajuda de Campodonico, D. Mariano ofereceu ao P. Sató um curato. Mas o P. Sató recusou a oferta do curato porque, como religioso, era destinado a missões populares e não podia fixar-se numa só paróquia, nem isolar-se de seus companheiros. Entretanto, Sató aceitou o convite do bispo para acompanhá-lo na sua visita pastoral, coisa que não se realizou pelo adoecimento de D. Manuel (VILLARRUBIA, s/d, fl. 22).

No Rio, o P. Sató tentou trabalhar no hospital da Santa Casa de Misericórdia e, muito embora contasse com a aprovação do diretor, alguns capelães obstaculizaram o seu serviço. Sató voltou-se então ao ensino da doutrina cristã e à administração dos sacramentos. Mas os párocos não lhe permitiram atuar em suas paróquias (VILLARRUBIA, s/d, fl. 23)²⁵.

Ao escrever ao assistente da Companhia em Roma, Sató explicava a situação:

[...] Aqui en el Brasil estamos dos, como habrá leído Vossa Reverencia en la que le escribi en el mes pasado; y debo decirle con el mayor sentimiento mio, que hasta ahora nos confortaba una esperanza de poder hacer alguna cosa y ejercitar nuestros ministerios; mas en estos dos meses he tentado todos los medios, que se han ofrecido y he buscado otros, bien inutilmente. Geralmente no nos es posible ejercitar ministerio alguno; y el Obispo mismo me ha dicho que no poderia hacer cosa por ser yo extranjero. Tal es el estado de las cosas aqui, donde se hace publicamente alarde del Jansenismo y flacmasonismo! (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,4)²⁶.

Tivera o cuidado de ocultar a sua identidade de jesuíta porque em caso contrário, escrevia ao assistente, ficaria excluída qualquer possibilidade de poder atuar no Brasil.

Mas a situação estava por mudar. O Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Saturnino de Sousa e Oliveira, pediu a D. Manuel o envio de sacerdotes para atenderem as necessidades espirituais do povo sul-riograndense, devastado pelos *efeitos da "Guerra dos Farrapos"*²⁷, principalmente nas zonas rurais, as mais abandonadas de assistência espiritual.

Saturnino de Sousa e Oliveira não pedira especificamente por padres jesuítas, mas tão somente por sacerdotes, para assistirem espiritualmente uma população que, dentro das condições históricas do Rio Grande daquele momento, ainda se achava em meio a uma guerra civil. A presença dos padres ajudaria a pacificar a região. Cabe notar igualmente que o pedido de Saturnino poderia ser frustrado pelas mudanças de humores da Assembleia Legislativa da Província. Durante o Segundo Império, os presidentes das províncias eram indicados pelo Presidente do Conselho de Ministros. Ora, a Assembleia Legislativa, por sua vez, era órgão ligado à Regência e mantinha um espírito federalista. Esta se reforçava cada vez mais, porque o regente nomeava o presidente da província. Com D. Pedro II, a nomeação dos presidentes provinciais passou a ser feita indiretamente, através do primeiro ministro do conselho de ministros. Isto determinou o fim da política federalista do governo central, mas não sepultou o espírito federalista ainda muito forte nas províncias. Desta forma, enquanto os deputados da Assembleia Provincial eram eleitos, o presidente da província era nomeado. Tal situação favorecia rivalidades e contrastes entre os dois poderes. Isto significa que os poderes do presidente da província eram mais administrativos que políticos. E, devido à ligação entre a Igreja e o Estado Imperial do Brasil, tocava ao presidente provincial tratar também de assuntos ligados à Igreja (FRANCO, 2004, p. 9-14).

D. Manuel enviou seis jovens sacerdotes recém-ordenados²⁸. Campodônico achou que seria a ocasião oportuna para reintroduzir a Companhia de Jesus no Império e convenceu o bispo do Rio de Janeiro a aceitar a ajuda dos jesuítas. D. Manuel acolheu a sugestão do Internúncio, mas levantou uma objeção: para além de serem jesuítas, os padres eram estrangeiros, os quais, segundo as leis imperiais, não podiam receber qualquer pensão do governo, a menos que fossem naturalizados ou chamados pelas próprias autoridades governamentais. O Internúncio respondeu que os jesuítas não exigiriam qualquer pensão, mas necessitariam tão somente de apoio e proteção para o exercício dos seus ministérios na Província do Rio Grande. Cauteloso, quanto exigia o assunto sobre os jesuítas, D. Manuel escreveu de próprio punho as faculdades canônicas outorgadas aos padres, e, sem qualificar a condição de jesuítas, pediu ao ministério (não ao chefe de polícia, como normalmente se fazia) os passaportes para dois padres que iriam missionar no sul (VILLARRUBIA, s/d, fl. 24). Informado da evolução dos acontecimentos, Berdugo enviou ao P. Joan Coris e ao Ir. Gabriel Fiol para reforçar a residência no Rio de Janeiro. Ambos não se detiveram muito tempo no Rio porque logo embarcaram com o P. Sató e outros dois irmãos rumo a Porto Alegre, capital da província do Rio Grande. O primeiro objetivo da viagem ao sul era fundar uma residência que pudesse acolher aos jesuítas argentinos e uruguaiois.

O surgimento dos movimentos federalistas e republicanos no Brasil imperial foram muito favorecidos pela descentralização da regência brasileira. Um dos mais importantes foi a prolongada Revolução Farroupilha. Esta precipitou a Província de São Pedro, no sul do Brasil, numa guerra civil por cerca de dez anos (1835-1845). Nesta guerra civil, enfrentaram-se cerca de 12.000 soldados imperiais, bem equipados, contra cerca de 9.000 soldados/voluntários "esfarrapados". A guerra devastou o sul do Brasil.

No sul, os católicos viviam em situação precária. Houve início de um cisma religioso nas zonas sob o controle dos revolucionários. Na tentativa de consolidar a separação e a independência do governo imperial, os farrapos tentaram se apropriar dos privilégios do Padroado e conseguiram que o P. Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza²⁹ assumisse como vigário apostólico independente. Não se tratava de uma vontade específica de separação de Roma, mas bem sim do estabelecimento da República. Dos poucos sacerdotes que havia na província, alguns permaneceram em suas paróquias em zona de guerra, outros se juntaram ao partido da revolução, outros ainda foram expulsos; uns poucos permaneceram fieis ao império. Mas muitos abandonaram o Rio Grande.

Por outro lado, da parte leal ao governo imperial, por causa dos efeitos da guerra, as populações estavam praticamente abandonadas, sem a presença de vigários ou assistência espiritual.

Foi neste contexto que o grupo de jesuítas se embarcou para o sul do Brasil. Aos 13 de agosto de 1842, o P. Joan Coris i Vanceus escreveu ao P. Mariano Berdugo relatando os acontecimentos da viagem (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,6)³⁰. A viagem do Rio a Porto Alegre foi mais difícil do que se esperava.

A viagem para o Sul

No dia 25 de julho de 1842, Joan Coris, nomeado superior do grupo de missionários, acompanhado pelo P. Sató e pelo Irs. Gabriel Fiol e Giuseppe Saracco, embarcaram no vapor Ipiranga na Guanabara, em direção ao sul do Brasil. O vapor passou pela Vila de Santos, e, após dois dias de navegação, ancorou na Ilha de Santa Catarina na noite do dia 29 de julho. Na manhã seguinte, os jesuítas desembarcaram no Desterro (hoje, cidade de Florianópolis). Ali, os padres pediram ao Vigário da Vara, o arcebispo Fr. Antônio de Santa Pulquéria Mendes e Oliveira, a licença para celebrarem a missa da festa de Santo Inácio, no dia 31. O capitão do vapor, porém, para fugir ao mau tempo, antecipou o embarque e todos voltaram ao vapor. A missa festiva de Santo Inácio foi celebrada a bordo, sendo que, logo depois, o vapor levantou âncora rumo ao Rio Grande.

A doze léguas da Barra do Rio Grande, o tempo mudou. Soprou de popa um *pampero*³¹, obrigando a embarcação a voltar para Santa Catarina. Mas a mudança do vento, um nordeste, foi favorável à retomada da navegação rumo ao sul, muito embora esta manobra tivesse consumido uma boa quantidade do carvão disponível a bordo. Mesmo assim, o capitão fez rota para o Rio Grande. No final da tarde do dia 6 de agosto, os passageiros avistaram a curta distância costa. Todavia, avistaram também uma franja de nuvens a sul-sudoeste, anunciando uma mudança do tempo. Mas como o vento de proa não era forte, o capitão e o comandante decidiram manter a rota. Chegando à Barra de Rio Grande, no lugar da inspeção dos navios, apenas uma hora do porto, o vento mudou e a tempestade abateu-se com violência sobre a embarcação. O capitão do vapor manobrou a embarcação para tentar a entrada, mas a escuridão da noite e a força contrária das ondas abortaram a tentativa. A velocidade do vento aumentou dificultando a governabilidade do Ipiranga. Às 8 horas da noite, a situação do vapor

ficou comprometida. A violência das ondas e a força do vento empurravam o vapor em direção à costa. Impedido de voltar para o alto mar, o Ipiranga não conseguiu, contudo, navegar mais do que uma milha por hora; as máquinas podiam para a qualquer instante.

Às 9 da noite, a tempestade ficou tão violenta que o capitão começou a perder a esperança de salvar a embarcação e os seus passageiros. A tempestade continuou até às 4 horas da tarde do dia seguinte, 7 de agosto. O capitão carregou a caldeira com mais carvão, três vezes mais do que o costume. E como o vapor se mantinha, o capitão decidiu aproveitar o vento e voltar para Santa Catarina. Com pouco carvão no depósito, preparavam-se para queimar as cabines, quando o tempo melhorou, e o Ipiranga conseguiu chegar à Santa Catarina, depois de três dias de navegação.

Enquanto estavam em navegação para Santa Catarina, os jesuítas tinham decidido ficar na ilha por um tempo e, depois, prosseguir a viagem para o Rio Grande por terra. A decisão fora tomada a causa dos males padecidos nos dias de navegação. Isto permitiria que o Ir. Saracco recuperasse a sua saúde, fragilizada pela viagem por mar. Além disto, viajando por terra, poderiam explorar o território e conhecer a real situação espiritual dos habitantes das vilas e cidades por onde passassem. Já aqui se manifestava um elemento essencial da ação dos missionários da Companhia: o tecer redes de relações sociais, eclesiásticas e políticas locais, que lhes permitissem estabelecer novas estratégias de ação.

Uma vez desembarcados na Ilha do Desterro, os jesuítas procuraram o Vigário da Vara, buscando hospedagem, mas este não os tinha onde colocar. Por isso, remeteu-os ao cura da cidade, e este, a um comerciante espanhol, natural da vila de Mahón, nas Ilhas Baleares, e radicado na Ilha, de nome Jaime Pons. O espanhol, sensibilizado pelas necessidades dos jesuítas, ajudou-os a procurar um lugar para se hospedarem, conduzindo-os pelas ruas da cidade.

Conforme a relação do P. Coris, o plano de permanecerem na ilha, missionando a população, logo sofreu uma mudança, motivada por três razões fundamentais:

- primeiro, embora muitas pessoas pedissem que os jesuítas ficassem na ilha, porque havia falta de sacerdotes, não davam esmolas, mas indicavam que os jesuítas poderiam ter algum dinheiro exercendo os ministérios e vivendo das respectivas cóngruas;

- segundo, também o vigário, D. Manuel Álvares, com o qual tinham falado abertamente, lhes tinha confirmado que lhe parecia impossível que eles se mantivessem

apenas com esmolas, acrescentando que ali a doutrina de Voltaire tinha mudado os costumes;

- terceiro, tendo tão pouco dinheiro, se permanecessem na ilha e, depois, tentassem viajar para Porto Alegre, necessariamente teriam que abdicar do estilo missionário de vida, subsistindo apenas das esmolas.

O arcipreste Fr. Antônio desejava a permanência dos padres na ilha, pois os três sacerdotes que ali atuavam estavam todos com idade avançada. Mas Coris explicou-lhe que eles e os demais jesuítas eram esperados em Porto Alegre (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,6)³².

Na sua *Relacion del viaggio de' PP. Sató e Coris*, Fratteli Fiol e Saracco da *Santa Caterina a Montevideo* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,8), Saracco narra com particulares a viagem até Porto Alegre.

Embora a viagem fosse por terra, o percurso deveria iniciar com um curto percurso por mar. Assim, no dia da oitava da festa de São Lourenço, 17 de agosto, os jesuítas subiram a bordo de uma pequena baleeira e deixaram a Ilha do Desterro em direção à Vila de Garopaba do Norte, onde chegaram cerca das 8 da noite. Como o mar estava agitado e sem um porto para atracar, somente no dia seguinte desembarcaram naquela costa.

A Vila de Garopaba era um pequeno povoado, composto por uma dúzia de casas ao redor de uma capela, a qual não aparecia um sacerdote desde anos. A economia da vila girava em torno da pesca de baleias, facilmente identificada pelos ossos espargidos pela praia.

Sendo uma vila de gente muito pobre, sem hospedarias para os forasteiros, os jesuítas conseguiram se alojar numa estreita moradia. Ali, permaneceram um dia e uma noite, após os quais prosseguiram a pé em direção a Vila Nova, carregando os pertences numa carreta tirada por um par de bois, guiada por um peão.

A jornada de caminho prosseguiu até às 8 da noite, sem qualquer sinal de Vila Nova, deixando os jesuítas perplexos, por ser um caminho, na maior parte, arenosa. Com a noite, encontraram alojjo na casa de um homem chamado José Tomás Pacheco.

Ao raiar do sol, puseram-se em viagem. Somente lá pelas 11 horas da manhã chegaram a Vila Nova. Não puderam encontrar uma carreta para prosseguir a viagem até Santo Antônio (da Laguna), distante umas seis léguas. Como substituição, encontraram um barquinho que seguiriam até próximo a Santo Antônio, cruzando a laguna. O percurso por barco calhou bem, pois o P. Sato já não podia mais seguir a pé.

Assim, após uma rápida refeição, que receberam de esmola, o P. Sato embarcou com o Ir. Fiol, levando a bagagem do grupo. O P. Coris e o Ir. Saracco se adiantaram por pé, a fim de encontrar algum alojamento para os quatro em Santo Antônio.

Ao pôr do sol, chegaram a Santo Antônio, esgotados e praticamente descalços. Mesmo assim, trataram imediatamente de buscar um alojamento. Encontraram pousada na casa do vigário, os outros dois jesuítas que chegaram no dia seguinte. O próprio vigário providenciou uma hospedagem para os quatro, enquanto os jesuítas procuravam uma carreta para continuar a viagem até Santo Domingo de las Torres, a 30 léguas de distância. A estadia se prolongou por um mês. Neste tempo, enquanto os dois padres se revisavam ouvindo confissões, o P. Sato foi convidado a pregar na vila de Imavi, que foi a sua estreia no uso da língua portuguesa no púlpito.

Em 29 de setembro embarcaram em duas canoas, para atravessar a grande laguna e o rio Tubarão, que entre os dois se percorre cerca de seis léguas, chegando às 5 da tarde em Camacho, um "monte di arena" (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,8, fl. 7).

Permaneceram em Camacho por três dias, esperando que o vento sudoeste cessasse, já que soprava o mar sobre a praia, impossibilitando que a carreta continuasse na areia firme. Caminharam por mais 15 dias até chegarem a vila de Santo Domingo de las Torres, devido às frequentes chuvas e travessias de vários rios, entre os quais o Mampituba. A alimentação se reduzia a carne seca, peixe e farinha de mandioca.

Em Torres, os padres se dedicaram o tempo a ouvir confissões e a preparar as crianças da vila para a primeira comunhão, que foi feita antes de partirem. Três dias depois, chegaram às margens do rio Irmandi, que desemboca numa grande laguna, pela qual atravessaram com canoas. Estava a 35 ou 40 léguas de Porto Alegre.

Finalmente, chegaram em 15 ou 16 de outubro a Porto Alegre, sem outros incidentes relevantes.

A chegada à Porto Alegre e as missões populares no interior

Quando a carreta parou num campo a poucas quadras da cidade de Porto Alegre, segundo relato que o P. Coris (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,7)³³, os jesuítas logo saíram pelas ruas da cidade em busca do viário geral, o P. Tomé Luiz de Souza. Chegando à praça da matriz, viram uma multidão de pessoas que saíam da igreja, depois de um Te Deum de ação de graças pela chegada do presidente da província, o então Barão de

Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, o qual tinha chegado a Porto Alegre por mar, ao mesmo tempo que os jesuítas, por terra.

Dirigiram-se à matriz, onde foram encaminhados à sacristia. Ali, encontraram o P. Tomé, ao qual, apresentaram as suas credenciais. O encontro iniciara com cordialidade.

No dia 17, Coris e seus companheiros pediram uma audiência com o presidente da província. Lida a carta de apresentação do bispo do Rio de Janeiro e, com as explicações de Coris, o presidente da província entendeu o motivo da vinda dos jesuítas à região. Ofereceu toda a sua proteção e disse que os padres podiam começar a missão pela Freguesia de Viamão, não muito distante de Porto Alegre (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,7).

De volta a residência do vigário geral, mais uma vez, o vigário geral voltou a insistir que os jesuítas começassem a missão a partir da capital. Mas logo se convenceu em deixar Coris e seus companheiros missionarem no interior.

A *Historia de la Mision* de Villarubia acrescenta um particular curioso: a estima do vigário geral pelos antigos missionários jesuítas era tanta que sugeriu a Coris que missionasse usando o antigo hábito ou a batina tradicional da Companhia. Mas Coris achou ser mais prudente que estivessem vestidos como os padres do Brasil, uma vez que o nome "jesuíta" ainda provocava muitas reações contrárias (VILLARRUBIA, s/d, fl. 44).

O sistema das missões populares no Rio Grande

Villarubia apresenta também um plano ou ideia genérica do sistema comum usado pelos jesuítas nas suas missões populares daquela época.

O sistema aplicado no Rio Grande era mais ou menos o mesmo que se fazia nas missões do Prata que, por sua vez, omitidos alguns exercícios e atos de penitências públicas, assemelhavam-se às praticas de exercícios espirituais que se faziam na Europa.

No Brasil imperial, havendo liberdade de culto e a separação entre o político e o espiritual, os missionários podiam exercer os seus ministérios com liberdade. Porém, não havendo ainda o reconhecimento legal do governo, mas gozando da liberdade de exercício de quase todos os ministérios, os jesuítas se serviam de passivos e ativos, isto é, pregando diretamente a missão ou atendendo a pedidos para promovê-la. Isto

significava buscar as pessoas que se interessavam que se fizesse uma missão na sua paróquia ou vila, fixando dia, hora, hospedagem na paróquia ou distrito. Isto implicava, por sua vez, a realização de uma "rede" de comunicação entre as pessoas vizinhas à capela, onde iniciava a missão, e aquelas que moravam mais distantes. Desta "rede" participavam tanto as autoridades civis, quanto as eclesiásticas, além do notável envolvimento dos paroquianos. Das autoridades civis dependia a boa ordem da missão, ainda mais numa província não totalmente pacificada e com profundas marcas deixadas por uma guerra civil em andamento. Era importante evitar a presença de homens armados que instrumentalizassem a missão para fins políticos. Os custos da missão deveriam ser arcados pelos paroquianos que recebiam a missão, que na maioria dos casos eram os de hospedagem dos missionários.

Quando toda a logística estava concordada, os padres saíam da cidade a cavalo, levando um altar móvel³⁴ (no longo de uma cavaliariça ou numa carreta) e o necessário para as missas. Às vezes, viajavam com canoas. Sempre eram munidos das necessárias faculdades para aplicar os sacramentos de direito paroquial onde houvesse a falta de párocos

Ao chegarem nas vizinhanças das capelas, os padres eram acolhidos por um cortejo de cavaleiros (com as pessoas mais influentes no local) que os acompanham em procissão, diante dos missionários. Ao chegarem, um dos cavaleiros fazia um breve agradecimento em nome de toda a capela, seguida de uma breve resposta explicativa do missionário sobre o motivo da missão. Em seguida, os padres eram acompanhados às suas hospedagens.

Não se dava início à missão de modo imediato. Havia que esperar que os habitantes da campanha tivessem o tempo de chegar à capela. Esta espera podia durar até dois ou três dias, pois a maioria das pessoas morava em estâncias distantes dez ou doze léguas. O importante era deixar o tempo necessário para que as famílias e parentes se comunicassem avisando da presença dos missionários.

Uma vez reunidos, havia que prover também ao alojamento de todos aqueles que se deslocavam dos campos para as capelas durante o tempo da missão. Novamente, organizava-se uma rede de acolhimento e hospedagem nas casas dos habitantes mais próximos à capela, ou dos parentes. Muitos, porém, alojavam-se à maneira do tropeiro: em carretas com cobertura de lona, ou em barracas. As famílias mais ricas distribuíam carne e alimentos para os mais pobres, de modo que todos pudessem se alimentar suficientemente.

Quanto ao método usado pelos missionários, Villarrubia (VILLARRUBIA, s/d, fl. 32-44) indica que na tarde do segundo ou terceiro dia da chegada dos padres a missão era iniciada oficialmente.

À porta da igreja era fixado de antemão a distribuição e a ordem dos exercícios para a inteira missão. O badalar do sino, ou na sua ausência, alguns tiros de pistola para o ar, era o sinal para a reunião dos fiéis que logo iniciavam a "procissão de entrada" com cantos e litanias.

O padre do lugar, com sobrepeliz e estola, levando alçada a imagem do crucifixo, acompanhado dos missionários com mantel e barrete. Ao entrarem na Igreja, ajoelhados, os missionários recebiam das mãos do padre o crucifixo que os acompanharia ao longo das pregações da missão. O ato simbolizava a concessão oficial das faculdades para pregarem a missão.

Concluídas as litanias e outras orações, se rezava a terceira parte do rosário e ou se cantava o *Veni Creator Spiritus*. Depois, o pregador fazia o sermão de abertura, seguido de informações, horários e avisos sobre a missão. E tudo se concluía com o canto *Meo Jesus aos vossos pés*.

Nos sete ou oito dias de missão, chamada de "semana santa", a distribuição ordinária dos exercícios era: cada manhã, às nove ou às dez, se rezava a missa de missão, seguida da pregação de instrução doutrinal, que se concluía com um canto à Virgem Maria. E, em alguns lugares pequenos, onde os homens tinham que cuidar dos seus campos, a prática da manhã era transferida para a tarde. De qualquer forma, nunca foi omitida a recitação da devoção à oração de Maria (*Maria, valei-nos*), traduzido do italiano.

Cada tarde, às três ou às quatro, ao primeiro toque para à missão juntavam-se na igreja as crianças das aulas escolares, mandados pelos seus mestres. Separadamente, meninos e meninas recebiam a instrução doutrinal para a primeira confissão e comunhão. A eles se juntavam outras crianças particulares, escravos e muitos adultos.

Ao final do sermão matinal, depois das orações, iniciam-se as litanias penitenciais. Todos os exercícios da missão terminam com orações, o rosário e cantos devocionais à Virgem Maria, sob coordenação do pároco residente, os quais deveriam ser os atores assíduos e principais destes exercícios.

Entre os sacramentos principais, o do matrimônio era celebrado a qualquer hora livre que houvesse. Neste sentido, a própria cúria já tinha previamente preparado as licenças e a documentação necessária para a realização dos matrimônios durante o

tempo da missão. Mas se houvesse necessidade de alguma dispensa canônica de impedimentos dirimentes, então, o processo matrimonial podia ser uma das coisas mais complicadas a serem realizadas pelos missionários.

Os batismos tinham, em geral, o seu tempo já fixado no cronograma das missões, no final da manhã, dando tempo para os padrinhos trazerem os seus afilhados. Estes eram sempre muito numerosos e a maioria já bem crescidos.

Na campanha, ainda se conservavam a tradição da antiga piedade portuguesa das bênçãos. Estas eram dadas tanto na igreja, quanto nas casas dos moradores. Por isso, era necessário separar um tempo determinado durante a missão somente para as bênçãos. Em geral, quando os fieis entravam na capela, já depositavam, num lugar ao fundo, os objetos (cruzes, imagens, etc) a serem bentos, depois do sermão. Estas eram bênçãos devocionais. Mas havia também as bênçãos medicinais, como o sal para os animais, plantas medicinais para os remédios para as pessoas doentes.

As confissões ocupavam boa parte do tempo dos missionários. Eram o principal e o mais importante sacramento durante a missão. Em geral, conforme o tempo disponível, os missionários preparavam os fieis com exortações, praticas de contrição e piedade que culminavam no sacramento da confissão auricular. A parte da manhã era reservada à confissão das mulheres. E como raramente havia confessionários, os missionários improvisavam com um genuflexório e divisórias de toalhas. A anoitecer, depois dos exercícios da missão, tocava aos homens, os quais, sem divisão de classes, se juntavam perto do improvisado confessionário. Eram as confissões mais difíceis e "pesadas", uma vez que a maioria ignorava os fundamentos da doutrina cristã.

Por fim, as orações da missão prosseguiam de forma privada nas famílias, a qualquer hora do dia ou da noite.

A implantação da cruz missional era um ato simbólico de piedade mais popular e apreciado de toda a missão. Por isso, quando as pequenas comunidades podiam, logo à chegada dos padres missionários, mandavam fabricar uma grande cruz de madeira forte, com cerca de 20 a 25 palmos. Depois de fixada, era cotidianamente enfeitada com flores, fitas e, até mesmo, alguns *ex votos* preciosos. O local da sua implantação era um ponto mais elevado ou uma pequena colina, não distante da capela. No momento de encerramento da missão, a cruz era transferida para um lugar previamente escolhido, em geral, próximo à capela³⁵.

A missão formalmente era encerrada quando o missionário dava a bênção pontifical. Contudo, isto não significava o término de todos os exercícios de piedade.

Faltava a celebração da Primeira Comunhão das crianças que tinham sido preparadas nas instruções doutrinárias. No último dia de missão realizava-se a assim chamada Comunhão Geral. Mas, para dar maior destaque, a Primeira Comunhão era realizada após o tempo da missão (VILLARRUBIA, s/d, fl. 39).

Assim que chegaram a Porto Alegre, Coris e seus companheiros começaram a missionar. Limitaram-se, inicialmente, à região que estava sob controle das forças imperiais, longe das zonas do conflito farroupilha. Somente depois da Revolução, em 1845, adentraram nas campanhas do interior e no norte do Rio Grande.

A viagem por terra para o sul possibilitou que conhecessem possíveis futuras áreas de missão. De fato, o *soggiorno* em Santo Domingo de las Torres rendeu-lhes um convite para uma missão. Viamão foi à vila indicada pelo próprio presidente da província.

Coris, Sato e Fiol saíram de Porto Alegre aos 27 de outubro de 1842, em direção a Viamão, palco de sangrentas batalhas entre os farroupilhas e as tropas imperiais. Viajavam em uma carreta, sedida por Antônio Caetano, e guiada por um seu escravo (VILLARRUBIA, s/d, fl. 46). Na verdade, os três de missionários (Ir. Saracco, fora destinado a seguir para Montevidéu), deixaram Porto Alegre sem saber exatamente quais vilas e lugares poderiam missionar, além das duas já mencionadas. De 27 de outubro de 1842 a 25 de fevereiro do ano seguinte, missionaram as vilas e paróquias de: Viamão, Aldeia dos Anjos, Conceição do Arroio e Torres; além de mais outros quatro lugares: Pinhal, Miraguaia, Maquiné e Capivari. Todos estes a Norte/Nordeste de Porto Alegre.

Conclusão

O manuscrito de Santiago Luiz Villarrubia (1802-1866) e as cartas do Archivum Romanum Societatis Iesu ainda detalham as missões ministradas pelos padres espanhóis, vindos da Argentina, na Província de São Pedro do Rio Grande nos anos seguintes. Os eventos no Rio Grande, porém, mudaram os planos iniciais de que voltassem a trabalhar com os indígenas nas antigas áreas missioneiras do Paraguai, via Brasil. Atendendo a pedidos de assistência religiosa no interior da Província, especialmente dos imigrantes alemães católicos nas colônias perto de São Leopoldo, em 1845, estes jesuítas espanhóis asseguraram a fixação e permanência da Companhia de

Jesus no Brasil. A ruptura traumática da expulsão dos jesuítas e da campanha antijesuítica pombalina chegava ao seu fim.

Referências Bibliográficas

- ARCHIVUM SECRETUM VATICANUM – ASV. Carta do internúncio do Brasil, Ambrozio Campodonico, ao Cardeal Secretário de Estado, Luigi Lambruschini. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1842. ASV, R 251, Plico a, 1838-1843.
- _____. Carta do internúncio do Brasil, Ambrozio Campodonico, ao Cardeal Secretário de Estado, Luigi Lambruschini. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1841. ASV, N. 7, R 251, Plico 9, 1841-1843.
- ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU – ARSI. Estrato da carta do P. José Rafael Reina à superiora das Salesas Reales da Corte de Madri, de 10 de janeiro de 1836. ARSI, ARG-CHIL. 1001-III,1.
- _____. Carta do internúncio do Brasil, Ambrozio Campodonico, ao Cardeal Secretário de Estado, Luigi Lambruschini. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1841. ARSI, Arg. Ch. 1001 – VII,22.
- _____. Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Cete (França), 30 de junho de 1841. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,2.
- _____. Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,3.
- _____. Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,4 [P.D.].
- _____. Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,5.
- _____. Cópia da Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial. Santa Catalina, 13 de agosto de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,6.
- _____. Cópia da Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial. Santa Catalina, 18 de outubro de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,7.
- AZEVEDO, Ferdinand. Jesuítas espanhóis no Sul do Brasil. *Pesquisas/História*, São Leopoldo (24): 1-231, 1984.
- BANGERT, William V. *A History of the Society of Jesus*. St. Louis: The Inst. of Jesuit Sources, 1972.
- Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, o Padre Chagas*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PrChagas.html>>. Acesso: 1 fev 2013.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- GRÈVE, Aristίδes. *Subsídios para a história da restauração da Companhia de Jesus no Brasil por ocasião do seu 1º. centenário 1842-1942*. São Paulo: Gráficas Siqueira, 1942.
- HICKEY, Edward John. *The Society for the propagation of the faith; its foundation, organization, and success (1822-1922)*. Washington: The Catholic University of America, 1922.
- JAEGER, Luís Gonzaga. Os primeiros jesuítas da ordem restaurada em demanda do rio Grande (1842). *Pesquisas/História*, São Leopoldo (22): p. 6-17, 1982.
- _____. *O clero e a emancipação política do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1938.

_____. *O clero na epopéia farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1946.

JARICOT [Marie-Pauline]. In: PAUL, Vial. *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique [...]*. T. VIII. Paris: Beauchesne, 1974, p. 170-171.

LIMA, Maurílio César de. *Lourenço Caleppi: Primeiro Núncio no Brasil, 1808-1816, segundo documentos do Arquivo Secreto Apostólico do Vaticano*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1977.

MONDONI, Danilo. *O restabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil (1842-1874)*. 1986. Dissertação de Mestrado - Faculdade di Storia Ecclesiastica, Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1986.

_____. *Os expulsos voltaram. Os Jesuítas novamente no Brasil (1842-1874)*. São Paulo: Loyola, 2014.

NEU, Augustin. *Johaann Philipp Roothaan, der bedeutendste Jesuitengeneral neuerer Zeit*. Freiburg im Breisgau: Herder, 1928.

OSÓRIO, Fernando Luiz. A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos. CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE, I, 1936. *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 1. p. 381-423.

PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay ey el Brasil*. Barcelona: Imprenta de Henricii y Cia., 1901.

ROOTHAAN, Joannis. *Opera Spiritualia*. Vol. I. Romae: ad Postulorem Generalem Soc. Ies., 1939.

SARACCO, Giuseppe, *Relacion del viaggio de' PP. Sató e Coris, Fratelli Fiol e Saracco da Santa Caterina a Montevideo [...]* [1842]. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,8. *Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial*. Santo Domingo das Torres, 16 de janeiro de 1843. ARSI, Bras. M. 1001/a – II,3, fl. 1r. *Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1843. ARSI, Bras. M. 1001/a – II, 11.

STORNI, Hugo. *Los Jesuitas Argentinos (1829-1838)*. ARSI [em formato digital].

VILLARRUBIA, Santiago Luiz. Missões populares pregadas no Rio Grande do Sul de 1842 a 1845. Trad. e introd. Ferdinand de Azevedo. *Pesquisas/História*, São Leopoldo (22): p. 21-51, 1982.

_____. *Historia de la Mision de Rio Grande del Sud en el Brasil. [Relación historica de la Compañía de Jesús en la Provincia de San Pedro do Rio Grande]*. S/d. *Arquivo da Província do Brasil Meridional*, Merid. B VIII.

Notas

- ¹ Este artigo é resultado das pesquisas feitas pelo autor no âmbito do projeto “A contribuição dos jesuítas expulsos, em 1759, para o conhecimento das culturas indígenas das missões do Grão-Pará e Maranhão”, que conta com a bolsa de pesquisa PqG/FAPERGS.
- ² Por ocasião das celebrações do Centenário da Restauração na Companhia de Jesus, Danilo Mondoni publicou a sua dissertação, ampliando o texto, com título: *Os expulsos voltaram. Os Jesuítas novamente no Brasil (1842-1874)*. São Paulo: Loyola, 2014.
- ³ Jan Philippe Roothaan, nasceu em 23 de novembro de 1783 (ou 1785), em Ansterdan, e morreu em 8 de maio de 1853, em Roma.
- ⁴ *De spiritualium exercitorum S. P. N. studio et usu*. Roma, 27 de dezembro de 1834.
- ⁵ *De missionum exterarum desiderio excitando ac fovendo*. Roma, 3 de dezembro de 1833.
- ⁶ A ideia não era nova, pois os missionários estrangeiros de Paris, que se ocupavam sobretudo da China, já se tinham organizado em associação, em 1817, para a propagação da fé nas missões (PAUL, 1974, p. 170-171; HICKEY, 1922, p. 28).

-
- ⁷ Mariano Berdugo nasceu aos 16 de maio de 1803, em Sevilla. Ingressou na Companhia aos 24 de maio de 1817, na Espanha. Estudou teologia em Roma e foi ordenado sacerdote em Madri, aos 9 de junho de 1827. Em 1831, foi mestre de noviços e reitor da casa de formação em Madri. Chegou a Buenos Aires em 9 de agosto de 1836. Dois anos depois, em 15 de agosto de 1838, professou os últimos, em Buenos Aires. Partiu da Argentina em 20 de outubro de 1841. E faleceu em Roma, aos 26 de janeiro de 1857. Para os dados biográficos dos jesuítas, além das fichas biográficas do próprio ARSI, usamos as fichas digitalizadas de STORNI, Hugo. *Los Jesuitas Argentinos* (1829-1838).
- ⁸ Sobre o pedido de restabelecimento da Companhia em Buenos Aires, ver também um estrato da *carta do P. José Rafael Reina à superiora das Salesas Reales da Corte de Madri, de 10 de janeiro de 1836* (ARSI, ARG-CHIL. 1001-III,1).
- ⁹ Giuseppe Saracco nasceu aos 9 de janeiro de 1811, em Asti, Itália. Ingressou no noviciado da Companhia em Torino, aos 9 de novembro de 1832. Chegou a Buenos Aires em outubro de 1838. Ali trabalhou até 1843. Fez os últimos votos em 14 de abril de 1844. E morreu em Quito, aos 28 de fevereiro de 1895.
- ¹⁰ Bernart Pares i Colon nasceu em Vic (Barcelona), aos 28 de novembro de 1803. Ingressou na Companhia na Espanha, aos 1 de outubro de 1824. Foi ordenado ao 1 de março de 1828, em Madri. Em 27 de março de 1837 chegou a Buenos Aires, onde foi reitor do colégio (1817-1841). Fez a profissão solene em Buenos Aires, aos 2 de fevereiro de 1841. Entre 1841 e 1846, participou das tentativas falidas para restabelecer a Companhia nas reduções do Paraguai. Foi superior da missão dos padres espanhóis entre 1845 e 1850; e de 11 de maio até a sua morte, aos 30 de novembro de 1867, em Buenos Aires.
- ¹¹ Ambrogio Campodonico nasceu em Castelgandolfo (Albano, Itália), aos 14 de agosto de 1792. Foi nomeado Intenúncio Apostólico e Enviado Extraordinário no Brasil, de 30 de março de 1841 até 1845. A partir de 6 de setembro de 1842, acumulou também o cargo de Delegado Apostólico para a América hispânica. Morreu em Castelgandolfo, aos 22 de março de 1869.
- ¹² *Carta do internúncio do Brasil, Ambrogio Campodonico, ao Cardeal Secretário de Estado, Luigi Lambruschini. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1842* (ASV, R 251, Plico a, 1838-1843).
- ¹³ *Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Cete (França), 30 de junho de 1841* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,2).
- ¹⁴ Achilles Guidée nasceu aos 18 de agosto de 1792, em Amiens. Entrou no noviciado da Companhia em Champagne, aos 18 de outubro de 1814. Professou o 4º voto, aos 25 de março de 1829. Foi nomeado provincial da França em 15 de agosto de 1836. Morreu aos 13 de janeiro de 1866, em Amiens.
- ¹⁵ Clemens Boulanger nasceu em 30 de outubro de 1790, em St.-Clément (Meurthe). Ingressou no noviciado de Champagne, em 18 de julho de 1823. Professou o quarto voto em 2 de fevereiro de 1834. Era reitor da residência de Paris, nomeado aos 21 de julho de 1838. Morreu aos 12 de junho de 1868, em Issenheim (Haut-Rhin).
- ¹⁶ *Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1842* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,5).
- ¹⁷ *Carta do internúncio do Brasil, Ambrogio Campodonico, ao Cardeal Secretário de Estado, Luigi Lambruschini. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1841* (ASV, N. 7, R 251, Plico 9, 1841-1843). Desta carta se conserva uma cópia em ARSI, Arg. Ch. 1001 – VII,22.
- ¹⁸ *Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1843* (ARSI, Bras. M. 1001/a – II, 11).
- ¹⁹ Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, primeiro e único conde de Irajá, nasceu aos 17 de março de 1798, em Boa Vista, Recife. Foi ordenado aos 17 de janeiro de 1822. Por 16 anos, foi professor de teologia moral no seminário de Olinda. Foi deputado provincial na Assembleia Geral por duas vezes, pela província de Pernambuco, nas 3a. e 4a. legislaturas (1834-1841), e pelo Rio de Janeiro, na 6a. legislatura (1845-1847). Capelão-mor do Imperador D. Pedro I e D. Pedro II, era prelado doméstico, assistente ao Sólido Pontifício. Foi nomeado bispo do Rio de Janeiro aos 23 de dezembro de 1839, e confirmado pela Bula do Papa Gregório XVI, em 27 de maio de 1839. Tomou posse em 1840. Entre outros, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia de Ciências e Artes de Roma. Morreu no Rio de Janeiro, aos 11 de junho de 1863.
- ²⁰ *Carta de Mons. Ambrosio Campodonico, Internúncio Apostólico, ao P. Jan Roothaan, Geral da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1842* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,5).
- ²¹ Josep Sató i Serra nasceu em Manresa (Barcelona), aos 3 de abril de 1815. Entrou no noviciado da Companhia aos 14 de dezembro de 1827. Chegou a Argentina em 17 de julho de 1838, onde restou até 1841. Foi ordenado em Medrano (Buenos Aires), aos 2 de setembro de 1838. Foi superior da missão de 5 de agosto de 1856 a 14 de julho de 1861. Entre 1861 e 1862, ficou em Buenos Aires. Fomentou a construção da Igreja do Salvador (1870-1876) e foi reitor de Regina (9 de março de 1874) até a sua morte, em 16 de junho de 1882.

-
- ²² *Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1842* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,3).
- ²³ Joan Coris i Vanceus nasceu aos 29 de setembro de 1806, em Vulpellac (Giron, Esp.). Ingressou na Companhia aos 15 de junho de 1826. Foi ordenado aos 24 de maio de 1834. Chegou a Buenos Aires aos 9 de agosto de 1836, dedicando-se ao ensino até 1842. Professou o 4º voto em 1 de maio de 1842. Foi reitor do seminário de Buenos Aires (1857 a 1865), superior em Córdoba, (1866-1868) e, ao mesmo tempo, superior interino de toda a missão (30 de novembro de 1867 a abril de 1868). Foi reitor do Salvador (de 1 de maio de 1868 a 30 de maio de 1870). Morreu em Regina (Buenos Aires), aos 11 de julho de 1870.
- ²⁴ Gabriel Fiol i Jaume nasceu em Porreres (Mallorca, Esp.), aos 19 de agosto de 1814. Entrou na Companhia aos 31 de março de 1834. Chegou à Argentina em 27 de março de 1837. Professou os seus votos aos 2 de fevereiro de 1848. Faleceu em Santa Fé, em 6 de janeiro de 1887.
- ²⁵ Ver também a *Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma* [?]. *Rio de Janeiro, 23 de maio de 1842* (ARSI, Bras. M. 1001/a – I,4 [P.D.]).
- ²⁶ *Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1842.*
- ²⁷ A *Guerra dos Farrapos* ou *Revolução Farroupilha* foi uma revolução regional, de caráter republicano, contra o governo imperial do Brasil, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que teve como consequência a independência da província enquanto estado republicano, originando a República Rio-Grandense. Estendeu-se de 20 de setembro de 1835 a 1 de março de 1845.
- ²⁸ PP. Manuel Rodrigues Coelho Neves; Vicente Zeferino Dias Lopes; Joaquim de Sá Souto Maior; Joaquim José dos Santos; P. Antônio de Carvalho e José do patrocínio Mendonça. (AZEVEDO, 1984, p. 26-27).
- ²⁹ Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, o *Padre Chagas* como ficou conhecido, foi um sacerdote católico brasileiro nascido no Rio Pardo. Republicano, teve importante atuação no período da *Revolução Farroupilha*. Descendente de *Casais Del Rey*, os primeiros colonos açorianos, que povoaram a região gaúcha do Vale do Rio Pardo, era filho de Antônio Martins da Silveira Lemos e de Dorotéa Felícia Sousa, neto paterno do português Manuel Martins e de André Jacinto Pereira, povoadores do Rio Pardo. Foi o Vigário Apostólico da Igreja Católica, e com a proclamação da República de Piratini (1836) representou Rio Pardo no Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios, sendo eleito deputado à Constituinte Republicana dos revolucionários. Como deputado mais votado para a Assembleia Geral Legislativa, instalada em Alegrete (1942), e que elaboraria a nova constituição republicana, presidiu a sessão inaugural. Apresentou o primeiro projeto da bandeira republicana, que foi rejeitado, quando a República Rio-Grandense adotou como símbolo oficial apenas o pavilhão tricolor. Morreu em Piratini, em 17 de março de 1865. *Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, o Padre Chagas*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PrChagas.html>>. Acesso: 1 fev 2013.
- ³⁰ *Cópia da Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial. Santa Catalina, 13 de agosto de 1842.*
- ³¹ Pampero é uma rajada de ar polar fria que vem do oeste, sudoeste ou sul e percorre a região dos pampas do sul do Brasil, Argentina e Uruguai. Com frequência, este vento é de forte intensidade e surge durante a passagem de uma frente fria.
- ³² *Cópia da Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial. Santa Catalina, 13 de agosto de 1842.*
- ³³ *Cópia da Carta do P. Joan Coris i Vanceus ao P. Mariano Berdugo, Vice-Provincial. Santa Catalina, 18 de outubro de 1842.*
- ³⁴ Segundo Villarrubia, o altar portátil usado pelos padres teria pertencido a D. Giovanni Muzi, Delegado Apostólico para a América Latina entre 1823 e 1825. Muito provavelmente, o seu auditor, o P. Giovanni Maria Mastai Ferreti (futuro Pio IX) poderia ter celebrado missa com ele. Provavelmente, os jesuítas desconheciam este particular curioso (VILLARRUBIA, s/d, fl. 77-78).
- ³⁵ Veja-se a descrição do solene deslocamento da cruz missional em VILLARRUBIA, s/d, fl. 40-41.

Artigo recebido em 30/09/2013. Aprovado em 11/03/2014.